

# CONTRIBUIÇÃO DA CULTURA NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL GLOBAL

**Maria Fortunata Lorigiola HARIMA (1); Elisângela Cabral de MEIRELES (2); Renato Samuel Barbosa de ARAÚJO (3); João Maria FILGUEIRA (4).**

(1) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Endereço: Av. Senador Salgado Filho, nº 1559 – Tirol, Natal/RN. E-mail: fortunata.lorigiola@gmail.com

(2) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Endereço: Av. Senador Salgado Filho, nº 1559 – Tirol, Natal/RN. E-mail: elisangela@cefetrn.br

(3) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Endereço: Av. Senador Salgado Filho, nº 1559 – Tirol, Natal/RN. E-mail: renato.araujo@ifrn.edu.br

(4) Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte, Endereço: Av. Senador Salgado Filho, nº 1559 – Tirol, Natal/RN. E-mail: jmfilgueira@cefetrn.br

## RESUMO

Este trabalho busca observar a importância da contribuição econômica da produção de bens culturais, seja como valor agregado a produção de bens tangíveis, seja como o próprio produto cultural. A ampliação do espaço ocupado em organismos internacionais de desenvolvimento sustentável pelo tema cultura, tanto em âmbito econômico como também em âmbito do desenvolvimento social e a preservação da identidade de cada país mostra a sua dimensão. Também a grande importância do setor cultural para o desenvolvimento econômico, a União Européia, por exemplo, criou o regulamento específico para exportação de bens de caráter cultural. A metodologia aplicada foi a pesquisa bibliografia exploratória descritiva, com acesso a sites e livros que tratam do assunto abordado neste artigo. Buscando-se manter o foco na importância econômica da promoção e preservação do patrimônio cultural, além da produção de bens de caráter cultural, no que tange ao crescimento econômico e no desenvolvimento sustentável das nações. As conclusões finais apontam para a confirmação da importância que a cultura está adquirindo em âmbito global, como promotora da economia e desenvolvimento sustentável das nações, ganhando destaque em discussões na Organização Mundial do Comércio, Organização das Nações Unidas, entre outras organizações que buscam soluções para o crescimento econômico aliado ao desenvolvimento das nações.

**Palavras-chaves:** bens culturais, desenvolvimento sustentável, cultura.

## 1 INTRODUÇÃO

As relações internacionais comerciais e econômicas estão correlacionadas com a possível contribuição da cultura no que diz respeito ao desenvolvimento econômico sustentável e a preservação da identidade cultural de cada nação.

Nesse sentido, estão sendo desenvolvidos trabalhos pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) especialmente nos chamados “países periféricos” da Europa Oriental, com o objetivo de afirmar que o desenvolvimento não caminha sem uma especial ênfase ao desenvolvimento da cultura local, ou seja, é preciso reforçar a consciência dessas culturas em relação ao seu desenvolvimento.

O desenvolvimento econômico teve seu sentido ampliado para desenvolvimento econômico e sustentável, pois de acordo com o relatório da UNESCO (1996), as pessoas perceberam que a coesão econômica por si só não poderia proporcionar um programa para a dignidade humana e ao bem estar.

O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNDU), que utiliza dados da UNESCO, vem buscando outros critérios que levaram à elaboração do conceito de desenvolvimento humano:

‘Um processo amplo de escolhas do povo’ - que mede desenvolvimento em uma ampla variedade de capacidades, que vão desde política, econômica e social, liberdade ao indivíduo possibilidades de serem saudáveis, educadas, produtiva, criativa e desfrutar de auto-respeito e dos direitos humanos.

A Cultura estava implícita nesta noção, e veio a ser evocado distinguir grupos como a Comissão Brandt, a Comissão do Sul, a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e

Desenvolvimento e da Comissão sobre Governança Global. Edifício cultural insights sobre a mais ampla estratégias de desenvolvimento, bem como tornar mais eficaz a prática agenda, teve de ser a próxima etapa de repensar o desenvolvimento (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA, 1996).

Para Vecchiatti (2004) a perspectiva do desenvolvimento sustentável pressupõe uma atitude psicológica essencialmente de visão futura, sendo difícil a previsão das vertentes implicadas na evolução econômica cultural. À medida que a população se conscientiza da existência da cultura como fonte geradora de recursos financeiros, vai se formando um quadro de responsabilidade e desenvolvimento do setor.

Para se atingir tal estágio, o desenvolvimento da cultural deve partir do reconhecimento dos cenários nos quais a sociedade interage na construção de espaços, reconhecendo valores a respeito da vida em comunidade. A partir de então, incentivar o desenvolvimento da cultura, não apenas como produto consumível com viabilidade de mercado, mas sim como um bem capaz de promover o desenvolvimento econômico e de integração entre regiões e nações. Compreendendo a cultura como um processo de criação de significados que oferecem sentido ao modo de vida das comunidades humanas.

Vecchiatti (2004) assegura que pensar na cultura como fator de desenvolvimento significa valorizar identidades individuais e coletivas, promovendo a coesão em comunidades levando em consideração que as características da cultura podem ser um fator de crescimento em determinada região.

Respeitando e valorizando as características que a cultura apresenta que são a singularidade, o simbólico e o intangível, que compõe os pilares da economia criativa, onde diferentes agentes são envolvidos, com tarefas e formatos variados e, conseqüentemente, resultados distintos. Porém com forte potencial desenvolvimentista.

Com a preocupação de assegurar o crescimento econômico, a preservação e respeito à identidade cultural de cada país, a união européia está trabalhando na elaboração de normas que garantam a exportação de bens com caráter cultural.

Na União Européia o Gabinete de Planejamento, Estratégia, Avaliação e Relações Internacionais (GPEARI), é o representante do Ministério da Cultura junto à UNESCO, que participa da Conferência Geral, com reunião bienal onde se definem as orientações, prioridades e iniciativas que incluem a adoção de atos de caráter normativo, chamado de Convenções, com relevância mundial.

## **2 EXPORTAÇÃO DE BENS DE CARATER CULTURAL: EXEMPLO EUROPEU**

A Comunidade Comum Européia, visando a normatização das exportações de bem de caráter cultural, criou o regulamento que torna obrigatória a apresentação de uma licença de exportação em caso de exportação de bens culturais a partir do território aduaneiro da Comunidade, de modo a assegurar um controle uniforme das exportações desses bens.

### **Em síntese:**

O presente regulamento tem por objetivo assegurar um controle uniforme das exportações de bens culturais. Abrange determinados bens culturais pertencentes a uma das categorias constantes do anexo ao regulamento.

### **Licença de exportação:**

A exportação dos bens culturais abrangidos pelo presente regulamento está subordinada à apresentação de uma licença de exportação, válida em toda a Comunidade.

A licença de exportação é emitida pelas autoridades competentes dos Estados-Membros, a pedido do interessado.

Quando do cumprimento das formalidades aduaneiras de exportação, a licença de exportação deve ser apresentada à autoridade aduaneira competente para corroborar a declaração de exportação.

Os Estados-Membros podem recusar a licença de exportação sempre que os bens culturais em causa sejam abrangidos por legislação de proteção do patrimônio

### **3 CARACTERÍSTICA E RELAÇÃO ENTRE ECONOMIA E CULTURA**

A humanidade vem encontrando diversos problemas típicos da sociedade moderna, dentre os quais a dificuldade em compatibilizar o crescimento econômico e o desenvolvimento sustentável. Para que ocorra essa compatibilidade se faz necessário uma análise das dimensões sociais, econômicas e culturais, analisando as variáveis que compõe todo esse grande desafio, que é atender as demandas das necessidades tangíveis e intangíveis de toda uma sociedade globalizada de maneira eficiente e eficaz.

Nesse sentido pode-se constatar a necessidade de implementação de políticas públicas voltadas para o desenvolvimento sustentável em dimensão global, por meio de medidas não degradantes, porém sustentáveis e racionais do uso dos recursos naturais, estimulando o crescimento econômico proveniente de fontes de recursos não esgotáveis, tais como a cultura.

O conceito de economia da cultura rompe com a noção de que o tempo consumido livremente não gera renda, mas sim, reúne todas as atividades econômicas que integram relações com atividades culturais, seja ela como fornecedora de bens e serviços, inclusive os relacionados ao comércio internacional, ou como produto final que viabiliza seu consumo.

De acordo com Leitão (2007) a expressão economia da cultura identifica o conjunto de atividades econômicas relacionadas à cultura, incluindo a criação e o fazer cultural, o conjunto das atividades culturais que têm algum impacto econômico, ou seja, qualquer prática direta ou indiretamente cultural que gere valor econômico, além do valor cultural.

A economia é, portanto, uma das dimensões da cultura. E a economia da cultura constitui um campo da economia. Por tratar de atividades geradoras de valor econômico, o setor cultural e criativo são as que constituem o campo da economia da cultura e influenciam outros setores, como os de ciência e tecnologia e de eletro-eletrônicos.

Na economia da cultura, a cultura, na vertente econômica e social, manifesta-se como:

- O elemento que faz a promoção do país além de suas fronteiras;
- Um produto que melhor define a singularidade de um povo;
- Elemento que melhor concretiza e realiza a unidade da Nação.

Segundo Silva (2007), na história da cultura é reconhecida a tradição de apoio às artes e à cultura por parte de políticos importantes, como príncipes ou governantes, ou mesmo empresários, financistas ou amadores esclarecidos. Porém a produção, a circulação e o consumo de bens e serviços culturais começaram a ser percebidos como um segmento relevante na economia das nações apenas no pós-guerra.

Para Matoso (2006), a relação entre cultura e economia é desde o Século 18, uma afinidade à qual os grandes economistas sempre deram atenção. Adam Smith e David Ricardo chegaram à conclusão que a arte produz externalidades positivas, isto é, que a arte – e de um modo geral a cultura – produz efeitos benéficos na economia de outras atividades.

Na teoria das vantagens comparativas de David Ricardo (*apud* SINGER, 2002), cada país tem determinada vantagem na produção de um bem e não de outro, sendo que essas vantagens podem ser naturais ou adquiridas. Dentre as vantagens adquiridas estão a produção industrial e os serviços (SINGER, 2002), estando a economia da cultura dentro desse contexto.

De acordo com Melo (2008), o estudo sobre economia da cultura teve início em 1960, nos Estados Unidos da América, e na década de 70 a UNESCO convocou seus membros a produzirem estatísticas referentes a cultura. Porém, foi a partir da segunda metade da década de 80 que se iniciou a discussão mais aprofundada a respeito da dimensão econômica da cultura, com a criação da *Association for Cultural Economics International* (ACEI) conforme afirma Bertini (2008).

Depois de permanecer fora dos cálculos econômicos, por vários anos, a economia do setor cultural é vista como fator de produção e desenvolvimento, aparecendo em debates, tanto nacionais como internacionais, como objeto de negociações na Organização Mundial do Comércio (OMC), como também pelo

reconhecimento da diversidade cultural, cujo ator principal é a UNESCO (*INTERNATIONAL CENTRE FOR TRADE AND SUSTAINABLE DEVELOPMENT*, 2007).

A França foi um dos primeiros países a tomar a iniciativa dos estudos referentes ao setor da economia que envolve a cultura (TOLILA, 2007).

Fortalecendo a teoria desenvolvimentista da economia, o Relatório sobre a Situação da População Mundial 2008 das Nações Unidas, lembra que a construção cultural influencia a maneira como as pessoas vivem e, portanto, afeta o modo de agir e de pensar da sociedade, mas não faz com que todos ajam da mesma forma. A publicação destaca ainda, que o desenvolvimento cultural deve ser um direito assim como o desenvolvimento econômico e social (LABOISSIÈRE, 2008).

O setor cultural demanda cada vez mais alocações de recursos de maneira quantificada no que diz respeito à expansão econômica em geral. Para Tolila (2007), a economia do setor cultural (entenda-se por isso os resultados dos estudos econômicos, a capacidade de produzir sínteses úteis e comparações confiáveis) ainda se caracteriza por uma grande dispersão, escassez e ausência de dados atualizados e uma grande dificuldade de amarrar os níveis da microeconomia e da macroeconomia.

A diversidade cultural se manifesta na originalidade e na pluralidade de identidades que caracterizam grupos e as sociedades que compõem a humanidade mundial. É fonte de intercâmbios, de inovação e de criatividade. Constitui o patrimônio comum da humanidade, devendo ser reconhecido e consolidado em benefício de gerações futuras.

De acordo com Porta (2008), a partir da década de 70, com o início do interesse pelo setor, é que a Economia da Cultura começa a despertar interesse em pesquisadores de algumas universidades.

No período de 1990, o tema ganha espaço nos órgãos internacionais de cooperação, começando a ser entendida como um vetor de desenvolvimento. Progressivamente órgãos como Banco Interamericano do Desenvolvimento (BID), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Organização dos Estados Americanos (OEA), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) passam a incluir questões relacionadas à Economia da Cultura em seu escopo de ação.

As atividades culturais de um país em outro favorecem o fortalecimento de um clima de confiança nas qualificações desse país. Em outras palavras: as características de confiabilidade de um determinado produto comercial se vêem grandemente fortalecidas se inseridas no contexto cultural a que pertencem. Nessa concepção, o Brasil por vezes vende apenas produtos, sem considerar o valor agregado do produto cultural, ao passo que a França, por exemplo, além da exportação de seus produtos industrializados, agrega charme como valor (RIBEIRO, 2008).

Diante da necessidade de proteger as diversidades culturais em ritmo acelerado de internacionalização, entrou em vigor a Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais, em março de 2007 (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA, 2007).

Sabendo que a diversidade cultural cria um mundo rico e variado que aumenta a gama de possibilidades e nutre as capacidades e valores humanos, constituindo, assim, um dos principais motores do desenvolvimento sustentável das comunidades, povos e nações, [...] Convencida de que as atividades, bens e serviços culturais possuem dupla natureza, tanto econômica quanto cultural, uma vez que são portadores de identidades, valores e significados, não devendo, portanto, ser tratados como se tivessem valor meramente comercial.

Por se tratar de setor altamente produtivo com investimentos baixos em se comparando a outros setores, a cultura vem se destacando, tanto em países desenvolvidos, como também nos países em desenvolvimento, como instrumento capaz de fomentar a economia, gerando fluxo de capital, emprego e renda, com a vantagem do baixo impacto ambiental.

A Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais (UNESCO, março de 2007), em seu princípio 5, diz o seguinte:

**Princípio 5:** Princípio da complementaridade dos aspectos econômicos e culturais do desenvolvimento

“Sendo a cultura um dos motores fundamentais do desenvolvimento, os aspectos culturais deste são tão importantes quanto os seus aspectos econômicos, e os indivíduos e povos têm o direito fundamental de dele participarem e se beneficiarem”. (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA-UNESCO, 2007).

Além de estimular o crescimento econômico do país, a cultura destaca e promove os valores da população, estimula a criatividade, influencia na qualidade de vida das comunidades e melhora substancialmente a imagem de uma nação, como o Ano do Brasil na França, que promoveu um aumento significativo nas transações comerciais entre o Brasil e os países da Europa. E é justamente por agregar valor positivo que ela passou a ser percebida com maior atenção pela sociedade.

A indústria do produto cultural brasileiro tem estreita relação com a produção dos mais diversos setores produtivos, porém, ainda é perceptível a baixa importância dada aos produtos de caráter cultural pelos setores produtivos de bens tangíveis, todavia, a sociedade vem desempenhando importante papel para que o produto cultural seja considerado como fator importante na produção industrial.

Apesar de o Brasil possuir uma das maiores riquezas culturais do mundo, ainda explora pouco a exportação de seus bens e produtos culturais. Salientado que apesar da baixa exportação de bens culturais, o risco da perda de identidade cultural é grande, devido a ausência de normas e regimentos que garantam a preservação da identidade cultural do Brasil.

O Brasil só começou a investir maciçamente em exportação após a política de abertura econômica do plano Collor. Gradativamente, esta política foi sendo estendida aos bens de caráter cultural.

#### **4 AÇÕES DO GOVERNO BRASILEIRO**

A dimensão econômica do setor cultural está sendo analisada, a partir do cruzamento de dados coletados em pesquisas realizadas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em censo demográfico, amostras de domicílios, economia informal, orçamentos familiares, padrões de vida, pesquisa mensal de emprego, informações básicas municipais, cadastro central de empresas, pesquisas anuais de serviços, indústria-empresa e indústria-produto (MELO, 2008).

De acordo com Silva (2007) os bens culturais têm múltiplas dimensões que não se separam: são, ao mesmo tempo, produto cultural, político e econômico. É, como diriam os antropólogos, um “fato social total”. Isso significa distinção para os produtores culturais, legitimidade para o Estado, lucros para as empresas, captação de recursos para países exportadores de bens e serviços culturais e possibilidades de emprego e renda.

No Brasil o investimento na produção cultural, nos últimos anos, vem apresentando crescente interesse por parte do governo, como fonte geradora de emprego, renda e consequentemente o desenvolvimento sustentável, pela baixa degradação ambiental, contribuindo assim com a melhora da qualidade de vida da população. Fato de grande importância na atualidade.

Do ponto de vista da administração federal e estadual, devem ser criadas mais políticas de desenvolvimento para empreendimentos voltados para exportação de produtos e bens de caráter cultural. Quanto à iniciativa privada, se faz necessário a ampliação de informação e orientação quanto as oportunidades para a expansão do potencial econômico gerado por meio do valor agregado da cultura à seus produtos e serviços.

No Brasil, o Ministério da Cultura vem implementando ações na busca de parcerias com órgãos financeiros e governamentais, visando o desenvolvimento da economia da cultura dentro e fora do país.

Em junho de 2006 foi aprovado o Programa de Desenvolvimento da Economia da Cultura (PRODEC), no Plano Plurianual do Governo Federal do Brasil, com isso, os indicadores de estatísticas, diagnósticos, capacitação, promoção de negócios, divulgação de produtos e serviços culturais passaram a ter orçamento próprio a partir de 2007 (BRASIL CULTURA, 2008).

Confirmando a importância do setor e o interesse por parte da Administração Federal, o Ministério da Cultura publicou no dia 10 de junho de 2010, o Edital para Seleção de Incubadoras de Empreendimentos Culturais e Artísticos. O objetivo é de estimular as incubadoras universitárias a fornecer cursos de capacitação e orientar empresas culturais nascentes e iniciativas já estabelecidas. Também, visa fortalecer projetos culturais e artísticos do ponto de vista do empreendedorismo. Com essa iniciativa o projeto do Ministério da Cultura pretende estimular ações nas instituições universitárias (MINISTERIO DA CULTURA, 2010).

#### **5 DESAFIOS PARA O CRESCIMENTO DA ECONOMIA DA CULTURA**

Um dos grandes desafios para a concretização da aposta numa economia da cultura no país passa pela recuperação das empresas públicas do setor cultural.

Por outro lado, os parceiros sociais, no caso, empresários e promotores, devem, de forma visível, somar-se aos esforços do setor público como forma de contribuição na definição das estratégias de desenvolvimento social e econômico dos países.

A economia da cultura tem como base produtiva a produção e circulação de bens e serviços pautada na propriedade intelectual, o que extrapola os paradigmas da economia tradicional. É sabido que a produção de cultura apresenta potencial de desenvolvimento e qualificação na geração de riqueza e de inserção qualificada no cenário do comércio internacional.

António Fonseca diretor nacional das Indústrias Culturais - INIC (LOURENÇO, 2009) de Angola cita a título de exemplo, que até hoje, nos Estados Unidos da América, as indústrias culturais ocupam o terceiro lugar da sua balança comercial, ultrapassada apenas pela indústria militar e a aeronáutica, o que demonstra o peso deste setor numa economia. Ele recorre ainda nos exemplos de países como o México e a Índia, que apostaram significativamente na indústria cultural como meio gerador de valor acrescentado às respectivas economias e hoje se desenvolveram economicamente por esta via.

“Uma vez que o país aposta na diversificação da economia, a cultura como negócio também deve ser vista como uma alternativa”, António Fonseca em entrevista ao jornalista Isac Lourenço (2009).

Para tal, fomentar o comércio de bens e serviços culturais se afigura como opção, embora não existam mundialmente consensos sobre a liberalização do comércio de produtos e serviços culturais. E, ao nível da Organização Mundial do Comércio (OMC), as posições sobre esta prática continuam a dividir os países em blocos opostos (LOURENÇO, 2009).

António Fonseca, diretor nacional das Indústrias Culturais (INIC) de Angola, em entrevista ao jornalista Isac Lourenço, defende, contudo, que estas divergências são superáveis de acordo o interesse dos países, pois que o importante mesmo é conseguir-se uma leitura econômica da indústria cultural, que, pela sua própria característica, se desenvolve por via das empresas, e estas não são mais do que produtoras de bens e serviços com a finalidade lucrativa e mercantil, orientada para um consumidor final (LOURENÇO, 2009).

Armando Ferreira, secretário do ministro da Cultura do Brasil, afirmou em entrevista a uma revista eletrônica de Lisboa que as diversas indústrias culturais podem vir a representar, para as economias do Brasil e América Latina, um contributo maior do que os setores da soja ou pesca, e salienta a necessidade de investir na cultura, que hoje é um dos setores de promissores da economia em âmbito mundial. De acordo com Ferreira, no Brasil e na América Latina, as expectativas são de que as industriais culturais representem entre cinco e sete por cento do PIB, mais do que o setor da soja, da pesca ou construção civil (VISÃO, 2010).

## **6 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O setor criativo, do qual a indústria da cultura faz parte, contribui com outros setores produtivos de maneira direta e indireta com relevância para o crescimento de países, tanto os já desenvolvidos como também os países ainda em desenvolvimento, desempenhando importante papel, assegurando o desenvolvimento sustentável, em âmbito econômico e ambiental.

Confirmando a importância do setor de produção cultural para o desenvolvimento econômico e social, tem-se o início de estudos relativos ao setor na França, assim como também é possível verificar a melhora no relacionamento entre Brasil e França após o evento o ano do Brasil na França ocorrido no ano de 2005.

A importância do setor para o desenvolvimento sustentável é evidenciada com o espaço ocupado pelo tema em órgãos internacionais de cooperação, tais como, Banco Interamericano do Desenvolvimento (BID), Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Organização dos Estados Americanos (OEA), Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) que passam a incluir questões relacionadas à Economia da Cultura em seu escopo de ação como um dos vetores de desenvolvimento a partir do ano de 1990.

Percebeu-se a existência de forte tendência em desenvolver o setor da produção cultural em todos os países, como opção da diversificação na produção de maneira sustentável, agregando valor aos demais setores produtivos e contribuindo significativamente com o crescimento da economia e o desenvolvimento social dos países, favorecendo o respeito mútuo entre as nações que compartilham as negociações que envolvem além de relações comerciais, as relações diplomáticas e de cooperação.

Também foi constatado que o apoio governamental se faz necessário, uma vez que as estratégias de implantação e implementação para o setor, dependem do poder público, visto que os interesses das nações estão em pauta, no que tange a interesses econômicos e de preservação da identidade cultural de cada país.

Em suma, com esse trabalho, foi possível verificar que a cultura é forte aliada ao desenvolvimento econômico e social, ocupando em alguns países posição de destaque na geração de emprego e renda, sendo tratada como substituta de setores industriais, que até pouco tempo eram os principais meios de produção e geração de riqueza desses países, como também um bem que agrega valor aos produtos produzidos, favorecendo a inserção no mercado internacional atribuindo valor e marca ao país onde é produzido.

## AGRADECIMENTOS



Agradeço ao CNPQ pelo apoio financeiro concedido por meio de bolsa para o desenvolvimento do Projeto Meta.



Agradeço também ao IFRN por incentivar a pesquisa e publicação de trabalhos nas diversas áreas do conhecimento.

## REFERÊNCIAS

EUROPA O PORTAL DA UNIÃO EUROPÉIA. Disponível em: <[http://europa.eu/legislation\\_summaries/external\\_trade/111017a\\_pt.htm](http://europa.eu/legislation_summaries/external_trade/111017a_pt.htm)> Acesso em 10/12/2009.

GABINETE DE PLANEJAMENTO, ESTRATÉGIA, AVALIAÇÃO E RELAÇÕES INTERNACIONAIS. **Estudo A Economia da Cultura**. Portugal, 2008. Disponível em: <<http://www.gpeari.pt/>> Acessado em: 16/03/2009.

LABOISSIÈRE, Paula. **Parcerias com ONG podem facilitar promoção dos direitos humanos, mostra estudo**. Agência Brasil. Disponível em: <<http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2008/11/12/materia.2008-1112.5351945022/view>> Acesso em: 15 dez. 2008.

LOURENÇO, Isac. **País encara o desafio da economia da cultura**. Disponível em: <[http://www.jornaldeeconomia.com/index.php?t=Modulo&action=view&modulo\\_id=1&id=272&table=noticia&pg=1](http://www.jornaldeeconomia.com/index.php?t=Modulo&action=view&modulo_id=1&id=272&table=noticia&pg=1)> Acessado em: 08/01/10.

MELO, Marcelo Mário de. **A Hora e a vez da economia da cultura**. Disponível em: <<http://www.fundaj.gov.br/notitia/servlet/newstorm.ns.presentation.NavigationServlet?publicationCode=16&pageCode=377&textCode=10437&date=currentDate>> Acesso em: 11 nov. 2008.

MINISTERIO DA CULTURA – MINC. **Edital de Seleção de Incubadoras de Empreendimentos Culturais e Artísticos**, 2010. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/2010/06/10/edital-de-selecao-de-incubadoras-de-empreendimentos-culturais-e-artisticos/>> Acesso em: 21/06/2010.

O PORTAL DA UNIÃO EUROPÉIA. **Sínteses da Legislação da União Européia**. Disponível em: <[http://europa.eu/legislation\\_summaries/external\\_trade/111017a\\_pt.htm](http://europa.eu/legislation_summaries/external_trade/111017a_pt.htm)> Acesso em: 10/12/2009.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA - UNESCO. **Convenção sobre a Proteção e Promoção da Diversidade das Expressões Culturais**, 2007. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0015/001502/150224por.pdf>> Acesso em: 21/06/2010.

PORTA, Paula. **Economia da cultura: um setor estratégico para o país**. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/2008/04/01/economia-da-cultura-um-setor-estrategico-para-o-pais/>> Acesso em 21 ago. 2008.

SILVA, Frederico A. Barbosa. **Política Cultural no Brasil, 2002-2006: acompanhamento e análise.** Coleção Cadernos de Políticas Culturais, V. 2. Ministério da Cultura, 2007.

TOLILA, Paul. **Cultura e Economia : problemas, hipóteses, pistas.** Tradução Celso M. Pacionik. Iluminuras : São Paulo, 2007. Itáu Cultural.

VECCHIATTI, Karin. **Três fases rumo ao desenvolvimento sustentável: do reducionismo à valorização da cultura.** São Paulo, 2004. Disponível em:  
<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-88392004000300010](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-88392004000300010)> Acesso em: 12 dez. 2008.

VISÃO. **Brasil: Indústrias culturais mais importantes para PIB brasileiro do que setor de soja ou pescas- ministério da Cultura.** Disponível em: <<http://aeiou.visao.pt/brasil-industrias-culturais-mais-importantes-para-pib-brasileiro-do-que-setor-de-soja-ou-pescas-ministerio-da-cultura=f556826>>. Acesso em: 22/06/2010.